

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

ASPECTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO APRESENTADOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE PROJETO DE VIDA

Guilherme Baumann Achterberg, Eduardo Adolfo Terrazzan, Leonardo Avelhaneda Hendges

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5922>

Submetido em: 2023-04-13

Postado em: 2023-04-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

**ASPECTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO APRESENTADOS EM LIVROS
DIDÁTICOS DE PROJETO DE VIDA**

GUILHERME BAUMANN ACHTERBERG¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4690-8543>
<guilhermeachterberg@gmail.com>

EDUARDO ADOLFO TERRAZZAN²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4723-159X>
<[terraedu@yahoo.com.br](mailto:tterraedu@yahoo.com.br)>

LEONARDO AVELHANEDA HENDGES³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2809-9957>
<leonardo.hendges@hotmail.com>

¹ Rede Escolar Pública Municipal de Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul, RS, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, Brasil.

³ Rede Escolar Pública Estadual do Rio Grande do Sul. São Paulo das Missões, RS, Brasil.

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo caracterizar as discussões sobre o conceito de Trabalho apresentadas em Obras Didáticas recomendadas pelo Edital do PNLD 2021. A pesquisa desenvolvida é qualitativa e seguiu as orientações metodológicas da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), conforme pontuado por Charmaz (2009) e Tarozzi (2011). Quanto à análise, teve-se como base as propostas de Bardin (2011) acerca da leitura flutuante e do processo de codificação de forma articulada com a categorização proposta no âmbito da TFD. Foram analisados nove livros didáticos de Projeto de Vida, por meio de um roteiro de análise textual validado por um comitê de avaliadores. Os resultados indicam que diversas obras didáticas conceituaram o trabalho como uma atividade humana que modifica a natureza. Nota-se também certa ausência de elementos históricos, filosóficos e sociológicos acerca do conceito trabalho. Conclui-se que as obras didáticas analisadas se esquivaram, em termos de discussões, da caracterização do capitalismo enquanto sistema socioeconômico em que os estudantes estão imersos. Dessa forma, tais obras contribuem para a construção de uma narrativa pacífica em torno do mundo do trabalho, sem citar o histórico abundante das mobilizações e lutas dos trabalhadores na busca por direitos.

Palavras-chave: Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Ensino Médio, PNLD.

ASPECTS ABOUT THE WORLD OF WORK PRESENTED IN LIFE PROJECT TEXTBOOKS

ABSTRACT: This article aims to characterize the discussions on the concept of Work presented in Didactic Works recommended by the Public Notice of PNLD 2021. The research developed is qualitative and followed the methodological guidelines of Grounded Theory (GT), as pointed out by Charmaz (2009) and Tarozzi (2011). As for the analysis, it was based on Bardin's proposals (2011) about floating reading and the coding process in articulation with the proposed categorization within the scope of GT. Nine Life Project textbooks were analyzed using a textual analysis script validated by a committee of evaluators. The results indicate that several didactic works conceptualized work as a human activity that modifies nature. There is also a certain absence of historical, philosophical and sociological elements

about the concept of work. It is concluded that the analyzed didactic works avoided, in terms of discussions, the characterization of capitalism as a socioeconomic system in which students are immersed. In this way, such works contribute to the construction of a peaceful narrative around the world of work, since they ignore the abundant history of workers' mobilizations and struggles in the search for rights.

Keywords: Purpose of life, World of Work, High School, PNLD.

ASPECTOS SOBRE EL MUNDO DEL TRABAJO PRESENTADOS EN LOS LIBROS DIDÁCTICOS DE PROYECTO DE VIDA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo caracterizar las discusiones sobre el concepto de Trabajo presentado en las Obras Didácticas recomendadas por el Aviso Público del PNLD 2021. La investigación desarrollada es cualitativa y siguió las directrices metodológicas de la Grounded Theory (GT), como lo señala Charmaz (2009) y Tarozzi (2011). Para el análisis se utilizaron las propuestas de Bardin (2011), como la lectura flotante y el proceso de codificación en conjunto con la categorización propuesta en el marco de la teoría fundamentada. Nueve libros de texto del Proyecto de Vida fueron analizados utilizando un guión de análisis textual validado por un comité de evaluadores. Los resultados indican que varios trabajos didácticos conceptualizan el trabajo como una actividad humana que modifica la naturaleza. También hay una cierta ausencia de elementos históricos, filosóficos y sociológicos sobre el concepto de trabajo. Se concluye que las obras didácticas analizadas evitaron, en términos de discusiones, la caracterización del capitalismo como un sistema socioeconómico en el que están inmersos los estudiantes. De esta manera, tales obras contribuyen a la construcción de una narrativa pacífica en torno al mundo del trabajo, sin mencionar la abundante historia de movilizaciones y luchas obreras en la búsqueda de derechos.

Palabras clave: Proyecto de Vida, Mundo del Trabajo, Escuela secundaria, PNLD.

INTRODUÇÃO

A consolidação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aliada às propostas que se intitulam como “Novo Ensino Médio” produziram um foco educacional específico no conceito de Projeto de Vida.

O Novo Ensino Médio pode ser definido como um conjunto de modificações propostas por meio da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). As principais alterações envolvem o aumento de carga horária, a flexibilização curricular e a criação de itinerários formativos¹ (nas áreas do conhecimento curricular ou na área de Formação técnica e profissional). Com isso, a quantidade de horas dedicadas às disciplinas tradicionais foi diminuída, com exceção da Língua Portuguesa e de Matemática que se mantiveram como componentes curriculares.

A noção de projeto de vida já apareceu em documentos do campo econômico e em normativas educacionais (Relatório de Atividades 2009 – Instituto Unibanco, Parecer CNE/CEB nº 15/1998, Parecer CNE/CEB nº 05/2011, Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador de 2016, entre outros). Tal conceito também é objeto de estudo em pesquisas acadêmico-científicas, principalmente na área da Psicologia - por exemplo, Damon (2009), Arantes e Pinheiro (2021) - e da Sociologia - por exemplo, Leão, Dayrell e Reis (2011), Dayrell (2013) e Leccardi (2015).

¹ Em 2023, com a consolidação do terceiro governo de Lula, mobilizações pela revogação do Novo Ensino Médio foram realizadas, criticando principalmente os efeitos nocivos da reforma – como aumento da desigualdade de oportunidades e o esvaziamento curricular das disciplinas historicamente construídas (Química, História, Filosofia, entre outras).

A definição de Projeto de Vida que adotamos, baseados em Araújo, Arantes e Pinheiro (2020) é a seguinte: uma estratégia que possibilita às pessoas a criação de uma bússola simbólica que guia os passos do sujeito em direção ao futuro. Concordamos também com as características propostas por Damon (2009) para um Projeto de Vida: 1) ser estável; 2) apresentar objetivos de longo prazo e 3) organizar a vida do sujeito e motivá-lo. Assim, entendemos o Projeto de vida como uma estratégia de reflexão que possibilita ao jovem estabelecer um caminho prévio para sua vida, articulando sua identidade, valores e aspirações.

Em função do alinhamento das políticas educacionais da educação básica, instituído pelo CNE nas resoluções que regulamentam a BNCC (Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de Dezembro de 2018), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) produziu materiais específicos para apoiar a implementação da BNCC. O Edital de Convocação nº 03/2019, organizado pela Coordenação-Geral dos Programas do Livro (CGPLI), estabeleceu que as obras adquiridas no PNLD 2021 (Etapa Ensino Médio) estivessem divididas em cinco (5) objetos: 1) Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida; 2) Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas; 3) Obras de Formação Continuada destinadas aos professores e à equipe gestora; 4) Recursos Digitais e 5) Obras Literárias. Neste trabalho, o recorte escolhido para análise foram livros didáticos de Projeto Vida recomendados pelo edital em questão.

Consideramos que a categoria trabalho é, historicamente, o processo fundante da origem da humanidade. Por meio da atuação frente à Natureza, o ser humano diferencia-se dos demais seres que habitam esse planeta. Referenciamos essa definição no pensamento de Marx (1996), de modo que suas constatações acerca do capitalismo orientaram os pressupostos teóricos deste trabalho. Mas, cientes das alterações inauguradas pelo avanço do neoliberalismo enquanto forma hegemônica do capital, também tomamos como base estudos sobre essa temática, como Dardot e Laval (2016), Harvey (2011), Safatle, Silva Junior e Dunker (2021).

Este artigo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um Curso de Mestrado em Educação. O objetivo da pesquisa realizada foi caracterizar as formas pelas quais Obras didáticas de “Projeto de Vida”, recomendadas no âmbito do PNLD 2021, incorporam discussões sobre o Mundo do Trabalho. Para auxiliar no processo de responder ao problema que guiou a pesquisa desenvolvida durante o mestrado, foram elaboradas três questões de pesquisa. Essas questões podem ser compreendidas como uma forma de desmembrar o fenômeno investigado em elementos menores para que a análise possa ser mais operacional. Na estrutura de um artigo, convertimos as questões de pesquisa em objetivos. Mediante essa explicação, o objetivo definido para esse artigo é caracterizar as discussões sobre o conceito de Trabalho apresentadas em Obras Didáticas recomendadas pelo Edital do PNLD 2021.

O MUNDO DO TRABALHO E O CONCEITO DE PROJETO DE VIDA

Conforme assinalamos na introdução, compreendemos a categoria Trabalho como um tipo de atividade específica humana pela qual “os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos” (LESSA; TONET, 2011, p. 16). Ao decidir por caracterizar como o mundo do trabalho é descrito em livros didáticos no âmbito do PNLD, tornou-se importante elaborar uma definição coerente de Mundo do Trabalho que dê conta de

abarcam a diversidade de situações que a classe trabalhadora vivencia e os diferentes fenômenos ocorridos nas últimas décadas.

Dessa forma, entendemos que a expressão “Mundo do Trabalho” é, em um primeiro sentido, uma definição ampla. A palavra mundo, segundo o dicionário Michaelis, pode ter, dentre outros significados, os seguintes: a) existência presente e seus interesses; o conjunto dos costumes e práticas dos homens enquanto seres sociais; a vida secular; a vida mundana e b) o âmbito, a esfera ou o domínio em que algo existe ou ocorre; lugar, contexto ou circunstância em que se vive ou se está, ou em que se desenvolve determinada atividade.

Entendemos que o trabalho, sendo um processo de mediação entre a humanidade e a Natureza, permeia o conjunto de práticas e costumes dos povos, bem como os contextos em que a humanidade se desenvolve. Conforme o desenvolvimento da humanidade ocorreu, a consolidação de sistemas de modos de produção produziu, em graus distintos, grande desigualdade de acesso à riqueza produzida coletivamente. (HARVEY, 2011). Com o advento do capitalismo, fábricas emergiram como unidades de exploração do trabalho bem como bancos floresceram com base na especulação monetária. Essas grandes mudanças produziram novas formas de organização de operários (associações, sindicatos, entre outras) bem como novas maneiras de organização social (Estados de Bem-Estar Social, Mercado Financeiro, entre outras). Para Figaro (2018), o mundo do trabalho “[...] se constitui como território físico e simbólico no qual uma multiplicidade de relações, saberes, ações, poderes e disputas se materializam” (FIGARO, 2018, p.179).

Em função disso, julgamos pertinente definir que o Mundo do Trabalho abarca o conjunto de instituições (empresas, sindicatos, órgãos dos Estados Nacionais vinculadas ao Trabalho) bem como o conjunto de relações que ocorrem na sociedade moderna em torno da venda de força de trabalho e da exploração.

Para Marx (1996), é por meio do trabalho que os homens constroem materialmente sociedades na mesma medida em que se constroem também como indivíduos. Desse modo, o aspecto que nos diferencia dos demais animais é, dentre outros fatores, a capacidade de prévia-idealização/objetivação, ou seja, antecipamos em nossa consciência o método necessário para atingir objetivos almejados (LESSA; TONET, 2011). Ainda segundo esses mesmos autores, o trabalho é o “[...] fundamento do ser social porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. (LESSA; TONET, 2011, p.26).

Ao nos deslocarmos para as normativas educacionais brasileiras, encontramos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio o trabalho descrito como um princípio específico do ensino médio: “[...] o trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, ampliada como impulsionador do desenvolvimento cognitivo, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência”. (BRASIL, 2018, p.3).

É perceptível que a noção de trabalho é de orientação materialista histórico-dialética, muito próxima de uma visão marxiana. É importante observar o que as DCNs do Ensino Médio de 2012 estabeleceram para identificar possíveis mudanças ou continuidades. Por exemplo, em 2012 o artigo 5º tinha a seguinte redação:

Art. 5º O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em: I - formação integral do estudante; II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador; IV - sustentabilidade ambiental como meta universal; V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização; VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes; VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. (BRASIL, 2012, p. 2).

Destacamos dois pontos: no inciso II, o trabalho é entendido como princípio pedagógico e no inciso VIII é proposto a integração entre Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura. Essa proposta estava alinhada, até certo ponto, com o grupo político (representado pelo Partido dos Trabalhadores e intelectuais de esquerda) que detinha certa hegemonia na época – um grupo progressista que não era homogêneo, importante dizer. Nessas DCNEM, o trabalho é conceituado “na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.” (BRASIL, 2012, p. 2). Tal definição é muito semelhante a que citamos anteriormente e que está presente nas DCNEM atualizadas em 2018. As demais definições de Ciência, Cultura e Tecnologia são iguais em ambas normativas. Porém, o trabalho não é mais assinalado como princípio educativo e a pesquisa passa a ser definida como “prática pedagógica” ao invés de princípio pedagógico. Na medida em que alguns trechos permanecem iguais, outros são removidos e outros foram acrescentados, avaliamos que ocorreu a produção de uma resolução caracterizada como “colcha de retalhos”. Essa caracterização é baseada na identificação de diferentes aspectos conceituais e políticos mobilizados em um mesmo documento. Além disso, no Parecer CNE/CEB nº 3/2018 não se encontram justificativas para as alterações realizadas. Na verdade, percebemos que o relator preferiu dar mais destaques à Resolução CNE/CEB nº 3/1998 do que à Resolução CNE/CEB nº 2/2012:

Tomei a liberdade de transcrever significativos excertos da Resolução CNE/CEB nº 3/1998, a primeira Resolução deste Colegiado que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Além disso, entendo que o grande mérito da Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, foi chamar a atenção dos educadores e da sociedade para a urgente necessidade de implantar verdadeiramente a proposta de Ensino Médio definida pelo art. 35 da LDB. (BRASIL, 2018, p. 8).

Destacamos que, no entendimento do relator, a “Reforma do Ensino Médio” teve como objetivo maior criar condições operacionais para a implementação do Art. 35 da LDB. O cenário, então, é de ruptura com as DCN do Ensino Médio de 2012, uma vez que não há citações literais destas no corpo do parecer. Vale a pena, ainda nessa discussão, apresentar algumas considerações do Conselheiro José Francisco Soares. Para ele, a limitação da carga horária para a Formação Geral Básica pode produzir uma trivialização dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, com exceção daqueles relacionados à Matemática e Língua Portuguesa. Conclui que “o que era um rio raso, mas um rio, agora será um fio de água, intermitente.” (BRASIL, 2018, p.14).

Voltando ao assunto Mundo do trabalho, na BNCC encontramos o seguinte trecho (longo, mas necessário para devida contextualização) sobre a preparação básica para o trabalho:

Em relação à preparação básica para o trabalho, que significa promover o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, os projetos pedagógicos e os currículos escolares precisam se estruturar de maneira a: a) explicitar que o trabalho **produz e transforma** a cultura e **modifica a natureza**; b) relacionar teoria e prática ou conhecimento teórico e resolução de problemas da realidade social, cultural ou natural; c) revelar os contextos nos quais as **diferentes formas de produção** e de trabalho ocorrem, sua constante modificação e atualização nas sociedades contemporâneas, em especial no Brasil; d) explicitar que a preparação para o mundo do trabalho não está diretamente ligada à profissionalização precoce dos jovens – uma vez que eles viverão em um mundo com profissões e ocupações hoje desconhecidas, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias –, mas à abertura de possibilidades de atuação imediata, a médio e a longo prazos e para a solução de novos problemas. (BRASIL, 2018, p.465, grifo nosso).

Destacamos que a concepção existente no fragmento referido acima vai ao encontro (ainda que com limitações, uma vez que não define o trabalho como fundamento ontológico do ser humano) da noção materialista-histórica dialética do trabalho, na medida em que considera o trabalho como produtor da cultura e transformador da natureza, ou seja, uma categoria central nas comunidades humanas. Entretanto, os discursos em torno da Reforma do Ensino Médio apontam para a flexibilidade como princípio orientador do Ensino Médio. Sobre esse ponto, Kuenzer (2017), afirma que:

Em resumo, o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da acumulação flexível e tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional; a formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. (KUENZER, 2017, p. 341).

Dessa forma, entendemos que a BNCC é uma normativa não homogênea quanto ao seu conteúdo, podendo ser caracterizada da mesma forma que as DCNEM atualizadas em 2018: uma “colcha de retalhos”, produzida em um contexto de acumulação flexível do trabalho e de disputas em torno da finalidade da educação básica.

Para buscar compreender o cenário atual do Mundo do Trabalho, iniciaremos uma reflexão sobre as condições concretas de emprego, especificamente para os jovens, no Brasil. Em pesquisa realizada recentemente, Vendramini et al. (2019, p.365) constataram que:

As escolas em que as famílias têm uma renda mais baixa são as que contam com maior incidência de estudantes que trabalham ou que começaram a trabalhar mais cedo. Enquanto isso, nas escolas com famílias de renda levemente superior, há menor incidência de estudantes trabalhando, ou estes trabalham para cobrir suas próprias despesas, e não para subsistência da família. (VENDRAMINI et al., 2019, p.365).

Além desse contexto, muitos estudantes que participaram da pesquisa citada acima indicaram que trabalham em casa ajudando os pais, cuidando de irmãos e, às vezes, cuidando de crianças de vizinhos; porém, não percebem essas atividades como sendo trabalho propriamente dito. Os autores concluem que os jovens da classe trabalhadora, enquanto estão na escola são também obrigados – na medida em que as condições materiais estão dadas – a tornarem-se também trabalhadores, constituindo-se como estudantes-trabalhadores.

Para Antunes (2020), parte do mundo do trabalho atual não está inserido em um contexto de Direitos Trabalhistas básicos. Nesse cenário, prevalece a “uberização do trabalho, distintos modos de

ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios”. (ANTUNES, 2020, p. 14).

Nas políticas públicas educacionais recentes, tem-se criado um cenário específico acerca da preparação para o mundo de trabalho: o empreendedorismo como atitude a ser desenvolvida pelos estudantes. Assim como no edital do PNLD, na Matriz de Referência para Itinerários Formativos² esse termo aparece com destaque, unido em um nó conceitual com os termos flexibilidade, adaptação e criatividade. Segundo o dicionário Michaelis, empreendedorismo pode ser definido da seguinte forma: a) Qualidade ou característica de quem realiza empreendimento.

Como essa definição é, em nosso julgamento, muito simples, buscamos também o significado de empreendedor/a. Essa palavra pode ser classificada como adjetivo e substantivo. No caso da primeira classificação, significa: a) aquele que empreende e b) aquele que se lança à realização de coisas difíceis ou fora do comum; ativo, arrojado, dinâmico. Já como substantivo, empreendedor/a significa aquele que toma a seu cargo uma empresa. Assim, podemos produzir a seguinte síntese: o empreendedorismo pode ser, em um primeiro momento, definido como o conjunto de características dos sujeitos que se lançam na tarefa de realizar coisas complexas, de forma dinâmica e ativa. De um modo geral, esses aspectos estão relacionados diretamente ao contexto do Mundo do Trabalho, como por exemplo a ação de abrir um negócio próprio ou ainda de criar uma inovação em um ramo do mercado.

Porém, da mesma forma que outros conceitos, o empreendedorismo também tem múltiplos significados. Isso significa que a definição anterior não é a única, uma vez que o processo de *uberização* e precarização do trabalho tem direta relação com a inserção do empreendedorismo como um sonho a ser conquistado pela classe trabalhadora, sendo os sujeitos os seus próprios chefes e fazendo seus próprios horários (FILGUEIRAS, 2021). Outra roupagem do termo empreendedorismo aparece com um complemento: o termo social, indicando negócios que não visam apenas o lucro e buscam resolver demandas da sociedade. Em geral, percebemos uma clara associação entre discursos neoliberais e a noção de empreendedorismo divulgada por grupos empresariais. Entendemos o neoliberalismo conforme a concepção de Harvey (2011, p.12):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. (HARVEY, 2011, p.12).

Mediante a consolidação do neoliberalismo também como uma nova razão mundial (DARDOT; LAVAL, 2016), novas subjetividades são produzidas visando uma adaptação frente às exigências do mercado. Uma vez que a elaboração de um Projeto de Vida envolve tanto aspectos individuais quanto sociais, é importante que tenhamos sempre em mente quais as metas e modelos de vida que as classes dominantes tentam imputar à classe trabalhadora como desejável e essencial.

Conforme afirmamos na introdução, o termo projeto de vida aparece em diversos estudos acadêmicos, como por exemplo nos de Araújo, Arantes e Pinheiro (2020); Leão, Dayrell e Reis (2011); Alves e Oliveira (2020).

Em decorrência das características de um Projeto de Vida, a identidade que cada sujeito desenvolve em sua vida tem relação intrínseca com o processo de pensar o futuro (ARAÚJO; ARANTES; PINHEIRO, 2020). Isso acontece porque o sujeito, ao fazer atividades significativas, as faz de acordo com sua identidade. Mesmo que tenham essa relação, esses dois conceitos se diferenciam porque a identidade diz respeito àquilo que somos no presente enquanto o projeto vital é, como sua própria denominação, algo a ser projetado e, portanto, relacionado ao futuro.

Para Machado (1997, p. 35), projetar é umas das características da espécie humana:

[...] somente o homem é capaz não só de projetar como também – primordialmente – de viver sua própria vida como um projeto. Marx recorreu a ideia de projeto para distinguir o trabalho humano da atividade de uma aranha ou das construções de um castor [...]. Sem projetos, não há vida em sentido humano. (MACHADO, 1997, p.35).

Outro aspecto presente nas discussões sobre Projeto de Vida é sua relação com o campo da psicologia, em específico da psicologia positiva. Segundo essa perspectiva, o Projeto de Vida é um dos elementos que possibilita aos seres humanos desenvolverem-se com bem-estar ao longo de sua vida (ARAÚJO; ARANTES; PINHEIRO, 2020). Partindo disso, a constituição de um Projeto de Vida saudável, duradouro e ético tem ligação direta com a sensação de bem-estar e de felicidade.

Viktor Frankl foi um psiquiatra que após viver três anos em um campo de concentração nazista, encontrou na escrita seu sentido de permanecer vivo: ajudar os outros e refletir sobre como sobreviver depois de um trauma tão profundo. Após acompanhar sobreviventes do holocausto, ele chegou à seguinte conclusão: aqueles que conseguiam criar um sentido para sua vida tinham mais chances de enfrentar o sofrimento. Antes de ser prisioneiro, o psiquiatra já vinha desenvolvendo a logoterapia, abordagem que vê projetos vitais como forma de tratar a depressão e outros distúrbios. (FRANKL, 1988).

Encontramos também no pensamento de Ortega y Gasset (1963) noções importantes para se pensar o futuro:

[...] toda a vida é, em sua raiz, projeto, sobretudo se se galvaniza o pleno sentido balístico que reside na etimologia desta palavra. Nossa vida é algo que é lançado no âmbito da existência, é um projétil, só que este projétil é que tem, por sua vez que escolher o alvo... o fator mais importante da condição humana é o projeto de vida que inspira e dirige todos os nossos atos. (ORTEGA; GASSET, 1963, apud MACHADO, 2005, p.4).

Damon (2009) sintetiza três conclusões a partir de seus estudos: 1) Somente projetos vitais positivos são duradouros e produzem bem-estar nos sujeitos; 2) Projetos antissociais podem motivar as pessoas, mas irão gerar autodestruição em si e possivelmente nos outros e 3) Projetos vitais nobres promovem bem-estar nos sujeitos e também nas demais pessoas. Nesse sentido, surge o debate acerca de como a escola pode contribuir para a elaboração de projetos de vida éticos e emancipadores.

Sobre o papel da escola na formação humana ampla, concordamos com Arantes, Pinheiro e Gomes (2019, p.168), que afirmam que é necessário consolidar:

[...] um movimento de repensar o processo de formação humana, promovendo ações que auxiliem os jovens na construção de seus projetos de vida, entendidos como uma necessidade humana de transformação da sociedade, ao mesmo tempo que uma satisfação pessoal. Educar em valores e para a cidadania é um compromisso que pressupõe envolver-se num modelo de vida tanto individual como coletivo, visando à felicidade pessoal e ao exercício de uma cidadania plena e comprometida. Um caminho que busca formas de viver e uma sociedade baseadas na

justiça, na liberdade, na felicidade e na dignidade humana. Nesse caminho, a instituição escolar pode e deve proporcionar aos seus estudantes experiências que contribuem para a identificação e consecução de projetos de vida com sentido ético. (GOMES, 2019, p.168).

Em nossa opinião, a construção de projetos de vida dignos e éticos significa que mais do que proporcionar um momento de reflexão sobre si mesmo e seus sonhos: o trabalho pedagógico em torno da noção de Projeto de Vida exige que se discuta também aspectos socioeconômicos que estruturam o presente e o futuro dos jovens.

PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse artigo, conforme dito na Introdução, apresentamos análises produzidas no âmbito da Dissertação de Mestrado do autor principal. O objetivo definido para o presente texto é caracterizar as discussões sobre o conceito de Trabalho apresentados em Obras Didáticas recomendadas pelo Edital do PNLD 2021.

Considerando que estivemos envolvidos com o processo de análise do Edital do PNLD 2021, bem como da análise do conteúdo das obras, a abordagem dessa pesquisa é qualitativa. Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (MINAYO, 2007, p.21).

Em função dessas características, a lógica da construção das teorias e explicações por meio das pesquisas qualitativas está diretamente relacionada com o método indutivo. Gibbs (2009), sobre esse processo, afirma que:

[...] grande parte da pesquisa qualitativa tenta explicitamente gerar novas teorias e novas explicações. Nesse sentido, a lógica subjacente a ela é indutiva. Em vez de começar com algumas teorias e conceitos que devem ser testados ou examinados, essa pesquisa privilegia uma abordagem na qual eles são desenvolvidos junto com a coleta de dados [...]. (GIBBS, 2009, p.20).

Embora a indução esteja no plano de fundo das pesquisas qualitativas, é importante compreender que todo processo de elaboração de uma pesquisa dessa natureza inevitavelmente levará em conta os estudos anteriores e conceitos já existentes. Flick (2009) denomina esses conceitos como “conceitos sensibilizantes”, ou seja, são de certa forma os norteadores iniciais da pesquisa, porém não constituem hipóteses ou teorias a serem testadas.

Para analisar esses documentos, construímos um Roteiro de Análise Textual (RAT) para Livros Didáticos - “Projeto de Vida” (LDPV). O Roteiro consiste em um “guia” que define o que buscaremos ao realizar a análise, funcionando como uma referência do que julgamos necessário existir nesse documento (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008). Desse modo, nosso roteiro é construído por meio de itens definidos com base em três (3) fontes: 1) nossa revisão de literatura; 2) a partir de critérios específicos elencados no Edital 2021 e 3) nosso referencial teórico. A utilização desse tipo de fonte implica em algumas premissas.

Segundo Flick (2009), é preciso entender que os documentos não são apenas textos (ou vídeos): alguém (uma instituição, um conjunto de pessoas, etc.) escreveu com algum objetivo e visando um tipo de uso. A partir disso, também se constata que os documentos se destinam a um público específico. No nosso caso, as obras didáticas analisadas se destinam aos estudantes de ensino médio e

aos professores dessa etapa, sendo esses últimos documentos mais completos do que a obra que os estudantes receberam, pois incluem o Manual do Professor.

Ao todo, foram recomendados vinte e quatro (24) obras didáticas no Objeto 1 - Projeto de Vida, no âmbito do PNL D 2021. Dessas, (9) obras didáticas compuseram nossa amostra.

O primeiro critério para elaborar essa redução envolveu a conferência de dados do portal de transparência do FNDE, onde é possível conferir o montante em dinheiro recebido por cada grupo editorial ou editora. Esse é um indicativo de amplitude alcançada pelas obras didáticas no território brasileiro. Entretanto, apenas esse critério comprometeria nossas conclusões – que almejamos serem representativas em relação ao total de livros existentes.

Dessa forma, definimos observar os extremos em termos de investimentos, da seguinte forma: a) os três primeiros grupos editoriais com mais montante recebido nos últimos anos constituem o recorte; b) os três grupos editoriais ou editoras com menos montante recebido também constituem o recorte. Citamos aqui a elaboração de análise dos dados financeiros realizada por Rodrigues e Wesendonk (2022): as autoras concluem que as editoras mais contempladas desde 2010 são: Ática, FTD, Moderna e Saraiva. Entretanto, as editoras Ática, Saraiva e Scipione compõem o grupo Somos Educação, vinculado a empresa Cogna. Em função disso, optamos por selecionar duas obras didáticas desse grupo editorial dentre todas as existentes.

O segundo critério estabelecido para escolher dentre os livros didáticos apresentados pelos grupos editoriais foi a diversidade na formação e produção acadêmica dos autores. Dessa forma, após realizar esse primeiro recorte por grupo ou editora, também recortamos obras didáticas da seguinte forma: a) para os grupos editoriais ou editoras com mais de um (1) livro recomendado, optamos por aquele que tem autores da área da educação (ou seja, licenciados e/ou pós-graduados em programas voltados ao ensino ou a educação); b) para os grupos editoriais ou editoras com mais de dois (2) livros recomendados, escolhemos os livros também com a regra dos extremos sobre a formação dos autores, ou seja, um (1) livro com autores da área da educação e 1 (um) livro com autores de áreas afins.

Quadro 01- Amostra de Livros Didáticos analisados

EDITORA/ GRUPO EDITORIAL	TÍTULO DOS LIVROS / CÓDIGO
EDITORA FTD	<ul style="list-style-type: none"> •#Meu futuro / (01-MF-FTD) •Pensar, sentir e agir / (02-PSA-FTD)
EDITORA MODERNA	<ul style="list-style-type: none"> •Valor de uma voz / (03-VUV-MDN) •Educação para a vida / (04-EDP-MDN)
GRUPO SOMOS EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> •Construindo o Futuro / (05-CF-SE) •#Vivências / (06-VIV-SE)
KITS EDITORA	<ul style="list-style-type: none"> •Projeto de vida: meu plano em ação / (07-MPA-KE)
DSOP EDUCACAO FINANCEIRA LTDA	<ul style="list-style-type: none"> •Juventude plural: Projeto de Vida / (08-JP-DSOPEF)
SM EDIÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> •Jovem protagonista: projeto de vida / (09-JP-SM)

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

O processo de tratamento das informações ocorreu por meio da leitura flutuante, conforme Bardin (2011) e também da codificação. Baseados em Charmaz (2009), entendemos que codificar significa

resumir e representar segmentos de informações de forma concisa. Os códigos indicam a maneira como selecionamos e classificamos as informações para posteriormente analisá-las. Codificar não significa resumir trechos em apenas uma palavra; às vezes, um código é uma frase pequena ou duas palavras juntas. Por meio da comparação de códigos, construímos categorias analíticas que simultaneamente sintetizam significados sobre os textos que deram origem a elas e permitem explicitar relações hierárquicas entre diversos códigos.

O CONCEITO DE TRABALHO AO LONGO DO TEMPO: INSTRUMENTO MUTÁVEL DE MEDIAÇÃO COM O MUNDO

Nessa seção, apresentamos uma das quatro categorias construídas com base nos códigos produzidos ao longo do processo de análise. As informações coletadas são oriundas de diversos textos de apoio que tinham como foco o conceito “trabalho”. As obras didáticas serão referenciadas com base nos códigos definidos ao início da pesquisa e contidos no Quadro 01.

Em nossa análise, constatamos que os autores se esforçaram para abarcar em suas obras aspectos distintos sobre as concepções e abordagens que envolvem o trabalho, algo que torna a diversidade um ponto comum, talvez um marco em todas elas. De modo geral, o trabalho é definido como um processo transformador da natureza e da sociedade humana. Em algumas obras, o trabalho é compreendido como um processo organizador da vida social, visto que por meio dele se exteriorizam as atuações de seres humanos para criar projetos seus, individuais e coletivos. Algumas obras ainda afirmam que os significados atribuídos ao trabalho se modificam ao longo do tempo e de acordo com a determinação do espaço, o que o torna uma categoria mutável, definida pelo contexto histórico.

Na obra 01-MF-FTD, encontramos diversas descrições que buscam definir o trabalho como um processo. Com base nisso, sintetizamos brevemente alguns dos argumentos apresentados pelos autores.

Segundo eles, para o senso comum, o trabalho é a forma pela qual homens e mulheres sobrevivem na atualidade, ao receber certa quantidade de dinheiro em troca da venda de sua força de trabalho. É um processo no qual as pessoas conseguem adquirir mercadorias especiais, consumir produtos e serviços essenciais e, portanto, sobreviver. Dessa forma, emerge a noção de trabalho como algo obrigatório, vinculado ao mundo das necessidades: “trabalho pode significar um meio de ganhar dinheiro, de sobreviver. Isso é essencial, mas o ato de trabalhar, nesses casos, fica restrito à obrigação ou à necessidade” (01-MF-FTD, p.138). Cabe ressaltar que na atual configuração do sistema capitalista em que vivemos, é possível visualizar com clareza que, como dito, a classe trabalhadora precisa vender sua força de trabalho para obter dinheiro e sobreviver. Sendo assim a obrigatoriedade existe ainda que trabalhadores ocupem cargos nos quais exista certa motivação ou afinidade com a função desenvolvida.

Em nossa opinião, caberia nas obras didáticas a discussão sobre a diferença entre a valorização atribuída a algumas profissões em detrimento de outras. Essa valorização produz diferentes visões sobre a importância social das profissões, uma vez que historicamente no Brasil algumas profissões ganham destaque, como médicos ou advogados, sendo vistas como mais relevantes que outras.

Além desse aspecto (sobrevivência e/ou necessidade), o trabalho pode ser classificado como uma atividade que produz sentimentos positivos, como prazer, realização e alegria, caso os trabalhadores

atuem em atividades de que gostem. Nesses casos, os autores afirmam que é possível produzir mais e que os indivíduos passam a ser mais criativos; nessa obra em questão, esses aspectos do trabalho são mais vinculados à individualidade de cada sujeito trabalhador. Para que se desenvolva uma vida com bem-estar, o trabalho deve ter sentido, ou seja, deve haver um porquê que ultrapasse a sobrevivência.

Constatamos então que o trabalho entendido como processo humano é caracterizado por contradições em nossa sociedade: devemos trabalhar para sobreviver e reproduzir nossa existência, mas nem sempre esse trabalho nos proporcionará felicidade ou sentimentos agradáveis. Por fim, os autores afirmam que o trabalho é um processo transformador: por meio dele, os seres humanos transformam o mundo natural e social. Essa última definição se conecta com uma esfera mais ampla e filosófica do que a definição de trabalho como modo de sobrevivência.

Na obra indicada, encontramos ainda a seguinte afirmação: “o trabalho é um meio de transformar o mundo, a sociedade e o ambiente em que vivemos” (01-MF-FTD, p.138). Sobre essa definição, gostaríamos ainda de comentar sobre o quanto ela se aproxima, ainda que apenas em relação à transformação do mundo natural e social, da concepção sintetizada por Marx e Engels no século XIX. Isso porque os autores da obra didática não apontam que o trabalho também transforma e constitui o sujeito, sendo uma categoria ontológica que explica características da humanidade.

Já na obra 02-PSA-FTD, os autores optam por apresentar o histórico do trabalho, afirmando que desde o início da espécie humana o trabalho se faz presente. Aludindo aos primórdios da humanidade, os autores sugerem que, inicialmente, quando éramos caçadores-coletores, o trabalho esteve relacionado apenas com a subsistência. O desenvolvimento de tecnologias permitiu à humanidade especializar-se em funções, diferenciar atividades e criar profissões; segundo os autores, esse processo se iniciou principalmente na idade da pedra lascada e se aprofundou lentamente ao longo da história da espécie humana. Foi somente nos últimos dois séculos que esse processo se intensificou, produzindo mudanças profundas nos modos de trabalhar e de viver em sociedade.

Cabe destacar a ausência de discussões sobre a transição do sistema feudalista para o capitalista e sobre as atuais condições da classe trabalhadora. Foca-se em discutir a consolidação de uma revolução digital e da cultura de convergência em detrimento de explicitar os processos contraditórios que o avanço do capitalismo tem produzido no mundo todo. Exemplo desses processos é a síntese proposta por Antunes (2003), que já na virada do século 20 para o século 21 percebia que estava em curso uma mudança na forma de contratos majoritários, emergindo então a massificação dos trabalhadores de serviços, trabalhadores digitais e precarizados (conhecidos hoje como uberizados).

As maneiras com que os autores buscam apresentar o Mundo do Trabalho é positiva, relacionada a sentimentos positivos – dedicação, amorosidade – e também relacionada a princípios filosóficos, como a ética. A noção de bem comum e colaboração está associada com a ideia de uma sociedade do bem-estar, uma sociedade com cidadania plena: ao trabalhar-se com excelência, tem-se um ato ético. Esse ato (trabalhar com excelência, esforço, plenitude) é ético porque revela “cuidado com o bem comum e a disposição para colaborar” (02-PSA-FTD, p.153). A ideia é a de que esse trabalho ético é feito para colaborar para o bem de todos, para que a sociedade esteja em pleno funcionamento. Em outro texto, os autores escrevem que “toda forma de trabalho é válida, e todo trabalho que é feito com dedicação e amor tem valor” (02-PSA-FTD, p.140). Tal frase é, no mínimo, estranha em dois aspectos: o que seriam as diversas “formas” de trabalho? A utilização dos termos dedicação e amor, em nossa opinião, é frágil e mal elaborada, pois relacionada dedicação e amor com a valorização do trabalho.

Entretanto, os autores deixam de mencionar que a valorização do trabalho é mediada pelas relações sociais e muda de acordo com o período histórico. Um exemplo claro dessa problemática são as profissões relacionadas ao cuidado, como a enfermagem e à educação, como a docência: muitas vezes, a valorização salarial é inexistente e são mobilizados apelos ao amor pelo trabalho para que o mesmo seja realizado de forma qualificada.

Outro ponto importante para os autores é a etimologia da palavra – do latim vulgar, *tripalium* – que tem como significado castigo, tortura. Ainda é apresentada a relação com a palavra labor, do latim clássico, que significa esforço, atividade que cansa. Entretanto, propõe-se que o trabalho seja compreendido como *poiesis*, que em grego significava criação, obra:

Mas a gente tem de substituir isso pela ideia de obra, que os gregos chamavam de poiesis, que significa minha obra, aquilo que faço, que construo, em que me vejo. A minha criação, na qual crio a mim mesmo na medida em que crio no mundo. Por meio do trabalho, o ser humano pode deixar ao mundo um pouco de si, parte de seu legado. (02-PSA-FTD, p.165).

Percebemos neste trecho uma dupla concepção sobre trabalho com base na etimologia: trabalho como labor/*tripalium* (cansaço, exaustão, tortura) e trabalho como *poiesis* (criação, transformação do mundo, legado). Essa dupla concepção sobre trabalho demonstra que existe uma antítese ainda não superada, uma vez que a realidade da classe trabalhadora ainda é marcada por dificuldades e exploração. Um ponto ausente nesse trecho da obra é a indicação do sujeito dessa mudança: embora concordemos que cabe aos trabalhadores modificarem a realidade ao lutar por melhorias em suas ocupações trabalhistas, é o sistema capitalista que reafirma o trabalho como labor/tortura em detrimento de trabalho como *poiesis*. Dessa forma, mais do que afirmar a necessidade de mudança de significados semânticos, seria necessário que a obra abordasse mais profundamente a questão ideológica e estrutural que determina o fenômeno do trabalho como força que gera mais valia. Ao propor esse tipo de debate, seria esperado ao menos a referência às formas de organizações que a classe trabalhadora teve ao longo do tempo, tais como sindicatos e associações.

A ausência desse debate em todas as obras indica que o processo de formação dos estudantes sobre seu Projeto de Vida e sobre o Mundo do Trabalho está sendo marcado por certa ignorância sistemática sobre as lutas e mobilizações que envolvem os direitos dos trabalhadores. Consideramos que tais assuntos são essenciais para a compreensão da dinâmica socioeconômica atual e, por consequência, para um planejamento do futuro mais esperançoso e crítico. Tal ausência pode ser compreendida como um indicativo de que narrativas empresariais influenciaram na elaboração das obras didáticas. Filgueiras (2021) localiza no discurso de organizações empresariais a necessidade de sindicatos mais “pacíficos” e menos combativos.

A obra 04-EPV-MDN também foca na discussão sobre a etimologia e sobre a história do trabalho. Segundo os autores, a definição de trabalho modifica-se ao longo do tempo e está associada com as diferentes experiências em torno dele. Por exemplo, seguindo a mesma lógica que os autores apresentaram em 02-PSA-FTD, afirmam que os seres humanos trabalhavam com foco na sobrevivência diária quando eram caçadores-coletores. Depois, na Grécia antiga, o trabalho manual e braçal era desvalorizado enquanto o trabalho intelectual era supervalorizado (produzido por artistas, filósofos, etc.). Para os autores dessa obra, o trabalho, sendo uma atividade humana, é definido de formas diferentes de

acordo com o momento histórico. Eles propõem um conceito de trabalho ambíguo e fluído que se modifica de acordo com as características produtivas de cada sociedade.

Por sua vez, para a obra 03-VUV-MND o trabalho é um processo organizador de nossas vidas: “O trabalho é um conjunto destacado de atividades humanas que organiza o tempo, condiciona as relações entre os indivíduos e ajuda a construir sua representação em relação a si mesmo, aos outros e ao mundo” (03-VUV-MND, p.134). Dessa forma, os autores da obra argumentam que o trabalho é um conjunto de atividades humanas que produz diversos impactos (econômicos, sociais, psicológicos) que estão conectados de forma complexa. O Mundo do Trabalho constituir-se-ia pelos ambientes laborais existentes: fábricas, empresas, escolas, lavouras. Para os autores, esse é o mundo onde trabalhamos e, por definição, é físico. Já o mercado de trabalho é a rede de relações que existem entre as pessoas que trabalham e as que compram o trabalho, sendo, portanto, um conceito metafórico. Essa definição é interessante porque difere de nossa posição: em nossa concepção, o Mundo do Trabalho é uma categoria explicativa que envolve as condições atuais do trabalho – hegemônicas pelo modo de produção atual, o capitalismo – e as próprias estruturas produtivas do “mundo físico”, uma vez que não existem “mundos” dissociados um do outro.

A obra 05-CF-SE foca em uma definição de trabalho relacionada com Projeto de Vida e projetos de sociedade. Conforme os autores, o trabalho é um processo muito importante na vida dos seres humanos visto que ele é capaz de explicitar a maneira como as pessoas “estão” e vivem no mundo. Isso significa que é por meio do fenômeno trabalho que as diferentes maneiras de se viver no mundo – as formas sociais de produção e reprodução da vida humana – são definidas. Optamos por manter a classificação de fenômeno porque os autores não explicitam se veem o trabalho como processo, uma vez que usam o termo “aspecto” em sua definição: “afinal, o trabalho é um aspecto muito importante da vida, pois pode definir uma maneira de estar e viver no mundo” (05-CF-SE, p. 169). O trabalho é ainda um fenômeno capaz de permitir uma dupla construção: 1) construção do Projeto de Vida; e 2) construção de um projeto social. Isso significa que ele pode ser entendido como um fenômeno que conecta dois aspectos da vida de cada sujeito, o pessoal e o coletivo. Os autores dessa obra têm como base os conceitos elaborados por Damon (2009) e por pesquisadores brasileiros que desenvolvem estudos sobre projeto vida, sendo uma das autoras do livro didático uma pesquisadora envolvida com esse grupo³. Essa obra apresenta muitas discussões sobre cidadania e transformação social, entretanto também não apresenta conceituações mais elaboradas sobre o trabalho e as condições enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros.

As discussões da obra 06-VIV-SE estão voltadas para a diferenciação entre emprego e trabalho. Para isso, os autores conceituam o trabalho como todo ato com propósito que transforma a natureza, exigindo esforço mental ou físico. Sendo assim, o trabalho é um conceito mais amplo do que o emprego que, segundo os autores, designa a relação contratual estabelecida entre dois sujeitos ou um sujeito e uma empresa/instituição sendo, portanto, um conceito do campo do Direito.

O termo emprego é diferenciado de trabalho porque ele representa a atividade profissional regulamentada por um contrato entre quem vende a força de trabalho e quem a compra. Emprego é, então, um tipo de trabalho regulamentado com deveres e direitos. Já o trabalho é uma categoria mais

³ O núcleo em questão é o Núcleo de Pesquisas em Novas Arquiteturas Pedagógicas, coordenado pela professora Valéria Amorim Arantes de Araújo. A autora participante do grupo é Hanna Cebel Danza.

ampla que engloba diversas atividades que se configuram como produtivas e que possuem intencionalidade. Ao explicar o termo emprego, eles fazem referência à existência de classes sociais, explicitando as relações entre empregado e empregador. Ainda, afirmam que o tempo do empregado e sua força de trabalho (uma categoria central em Marx) são vendidos, logo, são mercadorias. Constatamos então que é feita uma diferenciação entre trabalho, configurando-se enquanto algo amplo, e emprego, sendo um tipo de atividade profissional (ligada ao trabalho) regulada, contratada por outrem que detém formas de pagar o tempo e a força do trabalhador.

Ao elencar essa diferença, os autores se preocuparam com a rigorosidade da utilização dos termos, um aspecto importante quando objetiva-se analisar sistematicamente algum campo de estudo. Na obra 09-JovProtag-SM também encontramos uma diferenciação entre emprego e trabalho. O emprego é definido como uma atividade profissional regulada por contratos entre empregado e empregador. Já o trabalho é definido como:

[...] um conjunto de ações produtivas que buscam atingir um objetivo. O trabalho pode ser remunerado ou não. Em alguns casos, a falta de remuneração está conectada à doação do tempo do trabalhador a uma causa ou a um ideal, como o trabalho voluntário. Já em outros, o trabalho é realizado de maneira forçada ou ilegal, como é o caso do trabalho escravo ou infantil. (09-JovProtag-SM, p.87).

Entretanto, em outros pontos a obra em questão apresenta a noção de “trabalho por conta própria”, com base em um texto publicado no site do Conselho Federal de Administração:

O número de pessoas que trabalham por conta própria (autônomos) ou em vagas sem carteira assinada superou os que têm um emprego formal em 2017 e esse número só sobe. É o que apontam os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [em 2019]. [...] O avanço do trabalho sem registro formal e por conta própria mostra o crescimento da informalidade na economia. O chamado “por conta própria” é uma categoria que inclui profissionais autônomos [...], mas também trabalhadores informais, como vendedores ambulantes. (09-JovProtag-SM, p.84).

Ao priorizar o agrupamento de diferentes experiências laborais sob um único termo, os trabalhos mais precarizados tendem a ser definidos como "trabalhos autônomos", ocultando diferentes níveis de exploração. Antunes afirma que o trabalho por conta própria é uma das formas de informalidade:

Um terceiro modo de ser da informalidade é o dos trabalhadores informais por conta própria, que podem ser definidos como uma variante de produtores simples de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou com a de familiares e que podem, inclusive, subcontratar força de trabalho assalariada. (ANTUNES, 2018, p.63).

O autor ainda entende que a informalidade é um dos mecanismos centrais “[...] utilizados pela engenharia do capital para ampliar a intensificação dos ritmos e movimentos do trabalho e ampliar o seu processo de valorização.” (ANTUNES, 2018, p. 64). A seguir apresentamos uma análise maior envolvendo a obra 08-JP-DSOPEF, uma vez que ela possui um capítulo inteiro intitulado “Mundo do Trabalho” e apresenta diversas discussões.

Para os autores do livro 08-JP-DSOPEF, trabalhar vai além de apenas conseguir dinheiro. Na perspectiva dessa obra, o trabalho é caracterizado como um processo referencial e fundamental para

todo ser humano, pois ele é a base para a autoestima, a autoimagem e a identidade dos sujeitos. O trabalho também é um processo organizador da vida social, visto que o desenvolvimento dos sujeitos é marcado por três fatores: a) aspectos sociais; b) aspectos econômicos e c) aspectos emocionais. No aspecto social, a ênfase está nas relações interpessoais que existem graças ao trabalho que é desenvolvido pelas pessoas; no aspecto econômico, o foco está na riqueza produzida pelo trabalhador. Já no aspecto emocional, é papel do trabalho moldar nosso desenvolvimento no que se refere à motivação, à autoestima e ao sentimento de realização. Novamente, não ocorre uma definição filosófica sobre o que é o trabalho, nem discussões sobre as condições trabalhistas atuais. Percebemos que na obra em questão há uma visão otimista sobre o trabalho, e não foi indicada ou mencionada a perspectiva exploratória do capitalismo e sua extração de mais-valor por meio do trabalho alienado. Em suma, essa perspectiva é inexistente nas obras didáticas analisadas, mesmo que amplamente comprovada por estudiosos do campo da sociologia do trabalho, bem como por pesquisas sobre a ocupação de profissões e sobre o perfil de renda da população.

Assim como ocorre em outro livro, os autores da obra 08-JP-DSOPEF também retomam a palavra trabalho do ponto de vista de sua origem no latim vulgar *tripalium*, indicando significados como tortura, cansaço, castigo e dor. Os autores apontam que o sentido da palavra trabalho foi se modificando em função da realidade sociopolítica de cada período histórico. Se no início da humanidade, o trabalho era a atividade essencial para sobrevivência, o livro argumenta que a partir do neolítico se iniciou um processo de trabalho manual que permitiu emergência da escravidão. Nesse período, o trabalho passou a ser associado a algo ruim, negativo, feito por aqueles escravizados. Outro marco levantado pelos autores é o feudalismo, onde o trabalho é realizado por servos.

Após essa definição etimológica, os autores usam um termo de contradição – “entretanto” – como conectivo da oração: “entretanto, para além do significado da palavra trabalho, vamos considerar a evolução do seu sentido no processo civilizatório da humanidade” (08-JP-DSOPEF, p.148). Ou seja, o trabalho não deve ser reduzido a sua origem etimológica, mas compreendido em função do processo de evolução pelo qual passou durante a história da humanidade. Chamou nossa atenção a ausência de referências, indicações de obras históricas e estudos paleontológicos mencionando as ideias trazidas pelos autores, nem tampouco há a demarcação de períodos históricos, como a era pré-neolítica, o neolítico, a era feudal. Existe, portanto, certa fragilidade histórica, uma vez que os autores não embasam suas colocações e não apresentam a atual fase da organização social hegemônica – o capitalismo - embora explicitem o feudalismo e sua visão sobre o trabalho. Portanto, julgamos adequado afirmar que a forma usada para apresentar uma suposta evolução do processo de trabalho é tendenciosa e levará os estudantes e/ou professores a entenderem as mudanças do Mundo do Trabalho de forma desconectada da realidade.

Somando-se a isso, embora a discussão anterior tenha importância, o seguinte trecho é um item a ser analisado com mais cuidado:

Porém, foi a partir do século 18 que o trabalho passou a ser considerado um elemento crucial para a **geração de riquezas** e a evolução da sociedade. Com a revolução Industrial, o fazer artesanal foi substituído pelo trabalho em fábricas e linhas de montagem. A partir de então, **passou a ocupar uma posição central** na vida das pessoas, de tal forma que o não trabalho ou desemprego começou a ser visto de uma maneira **negativa**. Caminhando nesse processo civilizatório, entramos em uma era que, ao mesmo tempo que amedronta, por causa do avanço da automação e da inteligência artificial, também permite uma mobilidade jamais alcançada em eras passadas, ao promover, por exemplo, o home office, modalidade em que o trabalho é

realizado remotamente, possibilitando outras formas de gerenciamento de tempo (08-JP-DSOPEF, p.148-149, grifo nosso).

Nota-se a ausência de uma explicação mais detalhada das relações de classe. As seguintes questões permanecem sem respostas quando lemos o texto: O desemprego foi mal-visto por quem? Por que existem desempregados? Nesse trecho não entra em cena a principal característica desse período: a formação de duas classes antagônicas – os trabalhadores e os burgueses.

É conveniente salientarmos que o conceito de exército de reserva também é importante para compreender que o desemprego é uma ferramenta usada pelos donos dos meios de produção para baratear ainda mais o custo da força de trabalho (MARX, 1996). Além disso, consideramos que o trabalho não passou a ocupar uma posição central na vida daqueles que só tinham o trabalho para sobreviver - ele sempre ocupou essa centralidade ao longo dos diferentes períodos históricos. Tal afirmação entra em contradição ainda com a explicação da evolução história do trabalho, apresentada anteriormente pelos próprios autores.

Acontece que, a partir da consolidação do capitalismo, o trabalho se tornou exploratório e um produtor de riquezas que ficam concentradas em poucas mãos. Os autores, ao ignorar a história, contribuem para uma visão específica sobre a relação entre o Mundo do Trabalho e o Projeto de Vida de um sujeito: uma visão simplista e alinhada com perspectivas individualistas. Eles vão ainda mais longe quando alegam que o sujeito agrega fatores econômicos ao gerar riqueza para si próprio:

Dessa forma, considerando a atualidade, o sentido do trabalho é entendido como uma estrutura complexa, pois o indivíduo organiza a sua vida em função dessa área, agregando fatores sociais (as relações interpessoais que estabelece no ambiente profissional); econômicos (a **riqueza** que **ele produz para si próprio**); e emocionais (os sentimentos de **motivação, realização** e valorização de seus talentos) (08-JP-DSOPEF, p.149, grifos nossos).

Essa afirmação nos leva ao seguinte pressuposto: atualmente não há exploração e o trabalho é algo que apenas agrega coisas positivas nas existências dos sujeitos. Percebemos claramente nesse trecho um processo de fragilização da história enquanto ciência, já que precisamos acreditar nos autores visto que não há a presença de referências; ocorreu um processo de escolha de elementos para que após a revolução industrial o trabalho passe a ser visto como algo positivo, ignorando-se a contradição em que vivem aqueles que somente podem subsistir vendendo sua força no mercado de trabalho. Antunes (2018) argumenta que atualmente a classe trabalhadora vive um período de precarização, e só pode ser compreendida por meio da análise das novas morfologias do trabalho.

A obra de Engels intitulada A situação da classe trabalhadora na Inglaterra é uma obra importante para compreender os impactos da revolução industrial. O autor nos apresenta um terrível panorama:

A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana: é uma relação puramente econômica - o industrial é o "capital", o operário é o "trabalho". E quando o operário se recusa a enquadrar-se nessa abstração, quando afirma que não é apenas "trabalho", mas um homem que, entre outras faculdades, dispõe da capacidade de trabalhar, quando se convence que não deve ser comprado e vendido enquanto "trabalho" como qualquer outra mercadoria no mercado, então o burguês se assombra. (ENGELS, 2008, p. 308).

Nessa relação, aqueles sem meios de produção são desumanizados, torturados em regimes absurdos de jornadas para produzir mercadorias. Sem dúvida tais eventos marcaram a revolução

industrial, bem como as mobilizações e greves de trabalhadores por direitos. Tais características se mantêm atuais para alguns trabalhadores; mesmo com a série de direitos trabalhistas conquistados ao longo tempo, a situação da classe trabalhadora brasileira atualmente é fragmentada e múltipla, com alguns contingentes protegidos pela Consolidação dos Diretos Trabalhistas (CLT) – que sofreu ataques e reformas durante o Governo Bolsonaro – enquanto outros estão vivendo sob o que Antunes (2018) designou como privilégio da servidão.

Uma das consequências do apagamento sistemático desse histórico é uma visão “perfeita” e idealizada do Mundo do Trabalho: o trabalho é pintado como algo desafiador, um processo agregador de fatores interessantes para o desenvolvimento do sujeito. Outra consequência é a linearização de uma visão de mundo: ao ignorar a existência de teorias e pesquisas que investigam a realidade do trabalho atual, os autores contribuem para evitar o pluralismo de visões. Isso significa que os sujeitos que acessarem esse livro não terão uma ampla e diversificada visão sobre o que foi, o que é e aquilo que pode vir a ser o Mundo do Trabalho. Provavelmente, no que depender da obra 08-JP-DSOPEF, os estudantes não compreenderão as origens do atual sistema capitalista, dado que esse termo nem aparece no texto, e nem o imbricamento de opressões e problemas que se organizam em torno da estrutura que chamamos de capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como foi descrito nas obras didáticas, o trabalho não está sob domínio hegemônico de uma classe dominante nem existiram sindicatos e organizações civis lutando por trabalho digno. Nesse sentido, existe um claro esquivamento de tratar do surgimento do capitalismo e da luta por direitos que a classe que vive do trabalho precisa constantemente realizar. Três obras didáticas, duas da Editora FTD e a obra 06-VIV-SE, elencam uma definição de trabalho mais ou menos próxima da visão ontológica e marxiana, mas sem referências diretas ao pensamento de Marx.

Nas demais obras, são mobilizadas definições que focam em sentimentos positivos, na formação da identidade do sujeito, na realização de atividades, entre outros elementos. Das nove obras analisadas, quatro explicitam a etimologia da palavra trabalho junto de seu histórico: 02-PSA-FTD, 03-VUV-MDN, 04-EPV-MDN, 08-JP-DSOPEF. Enquanto isso, a obra 07-MPA-KE não discute o conceito de trabalho; já as demais (01-MF-FTD, 05-CF-SE, 06-VIV-SE, 09-JovProt-SM) apresentam definições sobre o trabalho, mas sem citar a etimologia.

Em síntese, o trabalho aparece de modos distintos em cada obra. Nenhuma apresenta citações de filósofos ou sociólogos que estudaram o assunto Mundo do Trabalho. Acerca da formação e atuação profissional dos autores, a ausência de explicitações sobre o trabalho na obra 07-MPA-KE é emblemática, já que são ambos formados em Administração e, em tese, teriam experiências e estudos envolvendo esse conceito. De modo geral, os livros didáticos em questão apresentam informações sobre a história do trabalho de um modo sintético, breve e com poucos elementos críticos/reflexivos referentes ao capitalismo e à precarização no Mundo do Trabalho. Dessa maneira, entendemos que os estudantes e professores, ao utilizarem tais livros, serão apresentados a uma narrativa pacífica acerca do mundo do trabalho, onde a luta de classes e mobilizações em torno de trabalhos dignos são inexistentes.

REFERÊNCIAS

ALCHORNE, Isabella; CARVALHO, Sofia. *#Vivências: projeto de vida*. São Paulo: Scipione, 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 229-237, 2003. Doi: < <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200004>>

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços da era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. Recurso digital.

ARANTES, Valéria Amorim; PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães. Projetos de vida de jovens brasileiros: identidades e valores em contexto. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 38, p. 1-12, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202138e200012>>

ARANTES, Valéria Amorim; PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães; GOMES, Maria Aparecida Gonçalves. O valor da escola para os jovens. *International Studies on Law and Education*, [s. l.], p. 165–176, 2019. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle31_32/165-176Valeria.pdf>. Acesso em 14 fev. 2023.

ARAÚJO, Ulisses F.; ARANTES, Valéria; PINHEIRO, Viviane. *Projetos de vida: fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais*. São Paulo: Summus, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Base Nacional Curricular Comum: Ensino Médio*. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 2017, Seção 1, p. 146. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embraixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017*. Altera a Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a Lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Edital de convocação n. 03/2019 CGPLI*. Brasília, DF. Ministério da Educação, 27 de novembro de 2019. Assunto: Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2021. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 05/2011, aprovado em 4 de maio de 2011*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jan. 2012, Seção 1, p. 10. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN52011.pdf?query=M%C3%89DIO>. Acesso em 05 jan. 2023.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 15/1998, aprovado em 1 de junho de 1998*. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 3/2018, aprovado em 8 de novembro de 2018*. Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 2018, Seção 1, p. 49. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN32018.pdf?query=M%C3%89DIO>. Acesso em 22 jan. 2023.

BRASIL. *Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018*. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 05 abr. 2019, Seção 1, p. 94. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199>. Acesso em 12 mar. 2023.

BRASIL. *Programa ensino médio inovador: Documento orientador - Adesão*. Elaborado por Coordenação Geral de Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2016-pdf/50311-documento-orientador-adesao-20162017-pdf/file>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2017, Seção 1, p. 41. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 16 dez. de 2022.

BRASIL. *Resolução Nº 2, de 30 de janeiro 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 31 jan. 2012, Seção 1, p. 20. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22012.pdf?query=documento%20orientador%20curricular>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. *Resolução Nº 4, de 17 de dezembro de 2018*. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2018, Seção 1, p. 120. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Aceso em: 17 jan. 2023.

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAMON, William. *O que o jovem quer da vida?: como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes*. São Paulo: Summus, 2009. Tradução de Jackeline Valpassos.

DANZA, Hanna Cebel; SILVA, Marco Antonio Morgado da. **Projeto de Vida: construindo o futuro**. São Paulo: Ática, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução de Mariana Echalar. Recurso Eletrônico.

DAYRELL, Juarez. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: VIEIRA, Maria Manuel et al (org.). *Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto*. Porto Alegre: Instituto Politécnico de Portalegre, 2013. p. 65-72. Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Habitar_a_escola_E-book.pdf#page=65>. Acesso em: 17 jan. 2023.

DOMINGOS, Reinaldo; MACHADO, Maria Elizabeth Seidl Machado. *Juventude Plural*: manual do professor, volume único. São Paulo: Editora DSOP, 2020.

EMPREENDEDORISMO. In: *Michaelis*, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. [s/l]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/empreendedorismo>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2008. Traduzido por B. A. Schumann e Edição de José Paulo Netto.

FIGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. *Galáxia (São Paulo)*, São Paulo, n. 39, p. 177-189, 2018. Doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-255435905>>

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. “*É tudo novo*”, *de novo*: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021. (Coleção Mundo do Trabalho).

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAIMAN, Leonardo de Perwin e. *Pensar, sentir e agir*. ensino médio: volume único. São Paulo: FTD, 2020.

FRANKL, Victor. *Em busca de um sentido*: Um psicólogo no campo de concentração. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre, Artmed; 2009.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

INSTITUTO UNIBANCO. *Relatório de Atividades*. 2019. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2016/08/rel_atividades_IU_2009.pdf>. Acesso em 24 fev. 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. TRABALHO E ESCOLA: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017177723>>.

LADISLAU, Douglas et al. *Valor de uma voz*: manual do professor. São Paulo: Moderna, 2020.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *Pesquisa Pedagógica*: Do Projeto à Implementação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067–1084, 2011. <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>>

LECCARDI, Carmen. Young people and the new semantics of the future. *SocietàMutamentoPolitica*, [s.l.], v. 5, n. 10, p. 41-54, 2015. <<http://dx.doi.org/10.13128/SMP-15404>>.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MACHADO, Nilson José. *A vida, o jogo, o projeto*. 2005. Disponível em: <<https://www.nilsonjosemachado.net/20050805.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2021.

MACHADO, Nilson José. *Ensaio Transversais: cidadania e educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Volume 1, Tomo 2. Coleção Os Economistas.

MEDINA, Gabriel; WASSERMAN, Maria Clara. **Jovem Protagonista: projeto de vida**. São Paulo: Edições SM, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29. (Coleção Temas Sociais).

MUNDO. In: *Michaelis*, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. [s/l]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mundo>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

RODRIGUES, Larissa Zancan; WESENDONK, Fernanda Sauzem. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) através dos tempos: elementos para análise crítica. In: ZAMBON, Luciana Bagolin; TERRAZZAN, Eduardo Adolfo; GAMA, Maria Eliza Rosa (org.). *Livros Didáticos: escolha, utilização e implicações nas práticas pedagógicas*. Curitiba: Editora CRV, 2022. p. 13-32. Coleção: Políticas públicas na educação básica: contextos e efeitos - Vol. 3.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SASSI, Fernanda Celeste de Oliveira Martins; SASSI JUNIOR, Erlei. **#MeuFuturo: Ensino Médio: projeto de vida**. São Paulo: FDT, 2020.

SEVERIANO, Ana Paula (org.). *Educação para a vida: manual do professor*. São Paulo: Moderna, 2020.

TAROZZI, Massimiliano. *O que é Grounded Theory*. Petrópolis: Vozes, 2011.

VENDRAMINI, Célia Regina et al. Escola, trabalho e perspectiva de futuro de jovens estudantes. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2155-2176, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8839/6948>>. Acesso em: 10 set. 2022.

ZANOTTI, Cecília Junqueira Sallowicz; MIFUNE, Eric Brandão Machado. *Projeto de Vida - Meu Plano em Ação*. São Paulo: Kit'S Editora, 2020.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 – Pesquisador responsável pela pesquisa relatada, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

Autor 2 – Definição de aportes metodológicos, análise dos dados e revisão do texto.

Autor 3 – Análise dos dados e revisão final do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.